

TEXTO-BASE

ELEMENTOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Apresentação

O presente documento tem o propósito de analisar os elementos gerais ligados ao Referencial Curricular da Reme de Campo Grande, bem como discutir aspectos relacionados a documentos essenciais à prática docente. Nesse sentido, o texto apresenta orientações sobre habilidades, competências, aprendizagens essenciais, plano de ensino anual e plano de aula.

Devido ao seu caráter mais generalista, enfatizamos que as especificidades relativas à alfabetização, aos anos iniciais do ensino fundamental e aos componentes curriculares que constituem os anos iniciais e finais do ensino fundamental não serão objeto deste documento. Assim, tais especificidades serão abordadas em documentos próprios, elaborados pelas respectivas equipes técnicas da Divisão do Ensino Fundamental e Médio.

Esperamos que esse documento possa ir ao encontro das necessidades das equipes técnico-pedagógicas e professores(as), contribuindo para a organização do trabalho didático a ser desenvolvido no ano de 2024.

Referencial Curricular da Reme

O Referencial Curricular da Reme é o documento normativo que orienta a prática docente nas escolas municipais de Campo Grande. Sua construção foi feita a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incorporando-se a ela as especificidades educativas locais. Desse modo, o referencial teórico que subsidia o documento é a Teoria das Competências, conforme proposto pelo sociólogo Philippe Perrenoud.

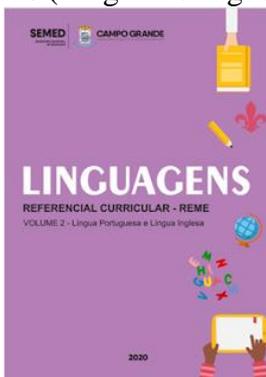
Ressalta-se que as unidades de ensino da Reme têm autonomia para, em seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), adotar outros referenciais que possam articular os conhecimentos selecionados e distribuídos no documento curricular às necessidades socioeducativas.

Organização do Referencial Curricular da Reme

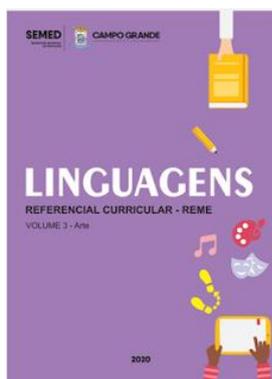
O Referencial está organizado em oito volumes que apresentam as aprendizagens essenciais da educação infantil, das áreas de conhecimento, dos respectivos componentes curriculares do ensino fundamental e do ensino religioso.

Abaixo, seguem os volumes que compõem o Referencial Curricular da Reme:

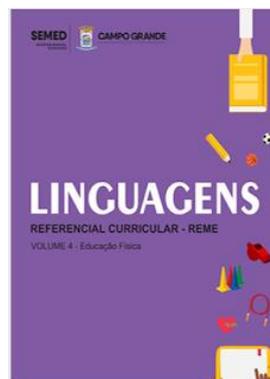
Volume 2: Linguagens (Língua Portuguesa e Língua Inglesa)



Volume 3: Linguagens (Arte)



Volume 4: Linguagens (Educação Física)

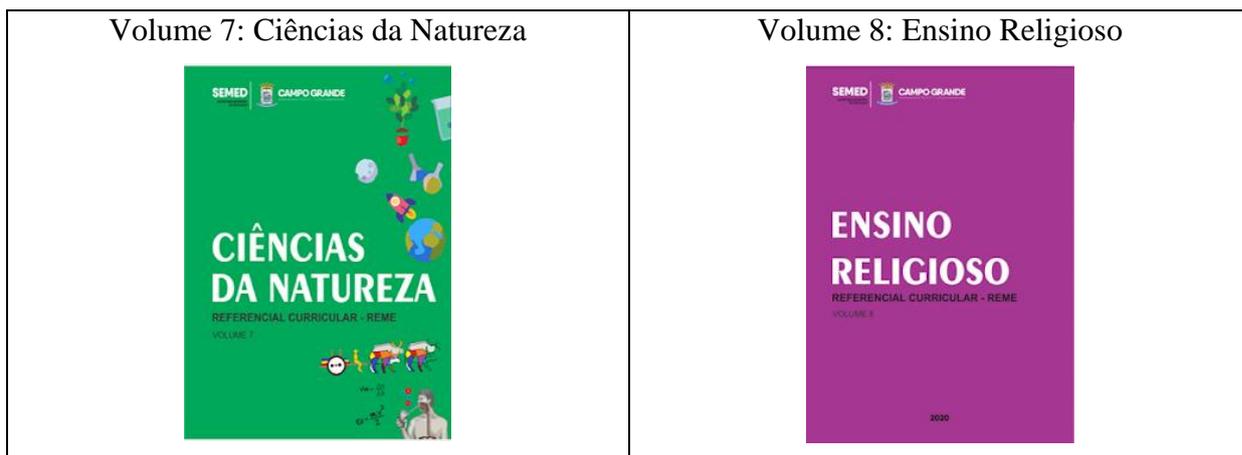


Volume 5: Matemática



Volume 6: Ciências Humanas (Geografia e História)





Para os componentes curriculares do ensino fundamental, o Referencial Curricular da Reme apresenta uma estrutura composta a partir das necessidades específicas de cada componente curricular, organizando os conhecimentos a serem distribuídos ao longo de cada ano escolar. Dessa forma, a estrutura de cada componente curricular será apresentada e explicada em orientações específicas.

Aprendizagens essenciais

“A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)”. (BRASIL, 2017, p. 07)

Contudo, devido à extensão de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades que compõem o Referencial Curricular da Reme e, em função dos diferentes contextos sociais e educacionais das escolas e dos(as) alunos(as) das escolas municipais, o(a) professor(a) pode, a partir de diagnósticos, estabelecer um conjunto de habilidades prioritárias a serem desenvolvidas em seu processo de ensino.

Nesse sentido, alguns pontos a serem considerados nesse procedimento de estabelecer habilidades prioritárias são¹:

¹ Adaptado de <https://novaescola.org.br/conteudo/19772/bncc-como-priorizar-as-aprendizagens-de-2020-e-2021>. Acesso em 15 de dez. 2023.

1) Conexão com a vida real: o(a) professor(a) consegue explicar o significado e importância do conteúdo de uma forma que qualquer pessoa possa entender sua aplicabilidade prática? Se não souber responder essa pergunta para a família ou para o(a) aluno(a), não se trata de uma ideia essencial.

2) Articulação com outros objetos de estudo: aquele conceito se relaciona com outros conteúdos do seu componente curricular? Se ele é um conceito isolado, não é tão fundamental para o desenvolvimento de outros conhecimentos.

3) Diálogo com outros componentes curriculares: portanto, a partir dos dois tópicos anteriores, se o conhecimento não tiver interações com outras áreas, não se trata de um conteúdo essencial.

Assim, não há problema trabalhar conteúdos para além das ideias fundamentais, mas a priorização do(a) professor(a) deve estar baseada nelas, tratando os outros conhecimentos como complementares.

Competências

Na BNCC, competência é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2017, p. 08).

No âmbito escolar, a competência enfatiza a mobilização de recursos, conhecimentos ou saberes vivenciados. Manifesta-se na ação ajustada diante de situações complexas, imprevisíveis, mutáveis e sempre singulares (Boterf, 2003; Perrenoud, 2000, 2001, 2005).

Uma abordagem por competências enaltece o que o discente aprende por si, o aprender a aprender, a construção pessoal do saber através da interação. Enaltece o conhecimento enquanto instrumento de aquisição de competências, elogia os conteúdos enquanto meios possibilitadores de desenvolvimento de competências. Para Perrenoud (1999), uma competência traduz-se na capacidade de agir eficazmente perante um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles.

Em síntese, a competência é uma combinação de conhecimentos, motivações, valores e ética, atitudes, emoções, bem como outros componentes de caráter social e comportamental

que, em conjunto, podem ser mobilizados para gerar uma ação eficaz em um determinado contexto. Além disso, permite gerir situações complexas e instáveis que exigem recorrer ao distanciamento, à metacognição, à tomada de decisão, à resolução de problemas. Podemos, pois, afirmar que a competência se caracteriza por ser complexa, projetada no futuro (numa aposta nos poderes do *tornar-se*). Por fim, destaca-se que se exerce em situação, é completa, consciente e transferível para outros contextos².

Habilidades

“As habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares”. (BRASIL, 2017, p. 29)

Habilidade é, a rigor, a aprendizagem essencial da BNCC. É por meio de seu desenvolvimento que o(a) aluno(a) conquista as competências específicas e gerais. Ela expressa o “saber fazer” e está sempre relacionada com um objeto do conhecimento, o “saber”³.

As habilidades⁴ ou o saber fazer, são os componentes da competência explicitáveis na ação, é a prática de determinadas habilidades que constrói a competência (CRUZ, 2001). Para o desenvolvimento de competências e habilidades são necessários os objetos de conhecimento aqui descritos pela tipologia de conteúdos (ZABALA, 1998), conceituais e factuais; são os conceitos teóricos em si, os conteúdos de um assunto. Assim, procedimentais são os conceitos demonstrados através de recursos, instrumentos ou materiais, além de atividades práticas feitas em sala e os atitudinais, são os que o(a) aluno(a) desenvolve a partir de sua reflexão e o uso do seu conhecimento para o desenvolvimento pessoal e construção da cidadania (ZABALA e ARNAU, 2010).

Esse ensino não se faz colocando uma habilidade na frente dos conteúdos disciplinares. Para tanto, é necessária uma mudança de mentalidade e de atitudes por parte dos(as) educadores(as), que se inicia com a aquisição de competências e habilidades para

² Este texto foi extraído de: DIAS, Isabel Simões. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, p. 73-78, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pee/a/XGgFPxFO55xZQ3fXxctqSTN/?format=html>. Acesso em 11 de dez. 2023.

³ Disponível em <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/os-conceitos-e-fundamentos-da-bncc/>. Acesso em 11 de dez. 2023.

⁴ Este texto foi extraído de: DA SILVA OLIVEIRA, Lucas Luís Pereira *et al.* **Teatro das emoções: ensinando competências e habilidades**. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://precog.com.br/bc-texto/obras/2021pack1207.pdf>. Acesso em 11 de dez. 2023.

os(as) docentes e a partir daí poderão desenvolvê-las nos(as) educandos(as), as quais lhes serão úteis na vida atual. Para tanto, o(a) professor(a) precisa considerar que o seu referencial passa a ser o conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas e os conteúdos (objetos de conhecimento), são meios, para atingir tais objetivos.

Plano de Ensino Anual

Enquanto documento dotado de intencionalidade, racionalização, organização e coordenação, o Plano de Ensino Anual constitui-se uma projeção das ações docentes articuladas à otimização dos processos de ensino e de aprendizagem. Em outras palavras, expressa os caminhos que os docentes perseguirão em sua atividade diária, considerando os objetivos educacionais propostos.

A elaboração do Plano Anual de Ensino também deve expressar as finalidades educacionais explicitadas por meio dos objetivos de ensino, as expectativas de aprendizagem e as práticas realizadas em sala de aula. Nesse sentido, o documento deve considerar as formas de mediação da aprendizagem que compõem a ação docente, abrangendo as proposições metodológicas e a organização das relações interpessoais, entre outros, entendidas como meios para se alcançar as finalidades pretendidas com o processo educativo.

Cumprir destacar que o estabelecimento das formas de mediação deve ser coerente com fatores como o contexto sociocultural da realidade objetiva, com as concepções de conhecimento e currículo adotadas, com a visão de homem/humana e de sociedade que se pretende formar, com os objetivos educativos almejados, entre outros.

Além disso, em seu percurso de aplicação, o documento deve ser revisado, questionado e aprimorado a partir dos contextos didático-pedagógicos observados ao longo do ano letivo, considerando as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e educacionais da comunidade escolar.

Plano de aula

Enquanto proposta de trabalho docente, o plano de aula corresponde ao nível mais detalhado do planejamento didático e deve, em linhas gerais, responder, de forma clara e objetiva, à três indagações: 1. O que ensinar? 2. Como ensinar? 3. Como avaliar? No mesmo sentido, Libâneo (1994) pontua que o plano de aula registra decisões do tipo: o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer, com quem fazer.

Considerando essas questões, este documento deve descrever quais conhecimentos/conteúdos serão desenvolvidos naquela aula ou conjunto de aulas; quais estratégias metodológicas e recursos didáticos que serão adotados para ensinar; e quais os critérios e instrumentos de avaliação que serão empregados para verificar se os objetivos de ensino do plano se efetivaram em aprendizagem para os(as) alunos(as).

Embora apresente caminhos preestabelecidos, o plano de aula deve estar aberto e flexível, considerando a dinamicidade dos contextos escolares. A qualquer momento que se apresentarem necessárias, adaptações diante da realidade diária devem ser adotadas, de modo que o planejamento seja ajustado às especificidades de cada turma e cada aluno(a).

Para elaborar um plano de aula coerente é primordial que, no início do ano letivo, o(a) professor(a) realize uma avaliação diagnóstica para conhecer a realidade e a dinâmica de cada aluno(a), bem como, identificar quais conhecimentos e habilidades os(as) estudantes já consolidaram, anteriormente, e quais precisam ser retomados. Ao final de cada plano, o(a) professor(a) também necessita fazer uma avaliação para identificar como se deu a execução desse plano, se foram cumpridas todas as ações previstas, pois é o conjunto ‘ação, reflexão e ação’ que vai determinar o ponto de partida do próximo plano a ser elaborado.

Entretanto, em todo o processo de execução do plano, o(a) professor(a) precisa se manter sensível a todos os elementos que possam indicar se o trabalho está sendo desenvolvido condizente às expectativas de aprendizagens, o que significa dizer que a avaliação não poderá acontecer apenas em momentos estanques, predefinidos. Todas as etapas têm o potencial de revelar pistas se aquilo que foi definido como objetivo poderá ser alcançado dentro do percurso que foi trilhado.